



C-306

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 861/2017

TECNÓLOGO - ANALISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as instruções abaixo

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.
7. Os **3 (três) últimos candidatos** de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

Somente após a autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste **caderno de questões**.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado para isso em seu **cartão de respostas**.

"As pessoas são aquilo que elas amam." Rubem Alves

Cronograma Previsto - Prova Objetiva

Atividade	Início	Término
Publicação das Provas Objetivas - Internet	26/03/2018	
Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet		
Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet	27/03/2018	29/03/2018

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir foi adaptado da página eletrônica da Revista Galileu.

FEIRAS AQUECEM MERCADO DE MACONHA NO URUGUAI

No espaço de pouco mais de um mês, o Uruguai é sede de dois eventos voltados aos negócios do mercado de maconha legalizada. Nos próximos dias, de 13 a 14 de janeiro, o balneário de Punta del Este receberá pela primeira vez a *Cannabis Conference*, feira que surgiu a partir do sucesso de outra conferência, a *ExpoCannabis*, que, no último mês, chegou à sua quarta edição. Segundo a organização, mais de 10 mil pessoas participaram dos três dias de evento em Montevidéu no início de dezembro.

Para a nova feira, a escolha da praia badalada não é à toa. Além de ser uma oportunidade para chamar a atenção da sociedade uruguaia em pleno veraneio, o encontro tem como objetivo atrair os turistas da região — entre eles, os brasileiros, sempre numerosos em Punta del Este. Atrações gastronômicas e musicais, estandes, palestras, *workshops* de cultivo e até o oferecimento de consultas médicas voltadas ao uso de maconha medicinal têm feito parte da programação das feiras.

“Os eventos que estamos fazendo são pensados para os turistas, para que venham, conheçam a regulação, a indústria, a comunidade... A regulação é uma tendência mundial e um dia vai chegar ao Brasil”, afirma à GALILEU Mercedes Ponce de León, uma das fundadoras das feiras, militante do coletivo *Uruguay Siembra*. “Cedo ou tarde, vão terminar regularizando”, anima-se.

A legalização de cultivo, compra e venda de maconha no Uruguai foi aprovada em 2014, mas uma das etapas mais desafiadoras da sua implementação, o comércio em farmácias, só começou em julho de 2017. Após quase um semestre da nova fase, o governo divulgou resultados no início de dezembro: o narcotráfico encolheu 18% desde a aprovação da lei.

Entre os adultos uruguaio que declararam ter usado maconha durante o último ano, um em cada seis está hábil a obter a droga legalmente. Ao todo, 25.783 pessoas estão cadastradas no país — entre os registrados, 63% usam a venda em farmácias como via de acesso; os demais fazem autocultivo e/ou frequentam clubes cannábicos.

Na apresentação do balanço, Diego Olivera, secretário da Junta Nacional de Drogas, considerou a porcentagem adequada “para uma primeira etapa, mas ainda insuficiente se considerarmos a demanda total”. Já para Ponce de León, os números são, sim, motivo para comemorar. “Mostram, enfim, que a distribuição da *cannabis* em farmácias, feita pelo Estado, é um método de eliminar o mercado do narcotráfico”, avalia.

Leia a seguir trechos da entrevista da GALILEU com Mercedes Ponce de León, sobre os novos desafios e as oportunidades do mercado de cannabis.

1) O Brasil vive um momento muito conservador atualmente e para muitos brasileiros o Uruguai passou a ser uma espécie de oásis. Os eventos do mercado de *cannabis* também podem ser aproveitados pelos turistas brasileiros?

O consumo de *cannabis* é legal no Uruguai desde 1970, não importa para quem seja, turistas ou não. O problema é a aquisição de *cannabis*. A regulação que existe é para usuários uruguaio maiores de 18 anos, ou seja, só eles podem fazer registro e comprar *cannabis* na farmácia. Mas é muito importante que os turistas possam vir apreciar a regulação, o funcionamento, o impacto na sociedade, porque vendo essas experiências é que se aprendem e absorvem as diferentes possibilidades para os diferentes países. Cada país, com seu contexto particular, tem que ter uma regulação diferente, que se adapte à sua realidade. Não se podem simplesmente copiar modelos.

Os eventos que estamos fazendo são pensados para os turistas, para que venham, conheçam a regulação, a indústria, a comunidade... A regulação é uma tendência mundial e um dia vai chegar ao Brasil. Cedo ou tarde, vão terminar regularizando. No Brasil, isso vai ser um momento muito importante porque o país é uma potência na América Latina e tem capacidade para fazer disso algo muito positivo e um grande desenvolvimento para a indústria.

Há dez anos, quando começamos a militar, era impossível imaginar que hoje estaríamos com um mercado regulado e que seríamos o primeiro país do mundo a legalizar a maconha — e olha como estamos! Não se podem perder as esperanças. O movimento precisa se organizar e trabalhar, porque essa foi a maneira pela qual se conquistou isso no Uruguai.

2) Mercedes, o mercado legal de *cannabis* é muito recente, mas você já atua nessa área há pelo menos dez anos. Como foi para você ser uma pioneira? Como começou essa carreira?

Comecei militando pela legalização da *cannabis* em 2004, portanto, há mais de dez anos, na juventude política do Frente Amplio, partido do ex-presidente José Mujica. Naquele momento queríamos debater a hipocrisia em torno do tema da maconha. A ideia era começar a discutir o tema. A partir daí, o movimento social foi tomando muita força, foi tomando forma, e os avanços de que hoje desfrutamos foram sendo alcançados.

Minha incursão na indústria da *cannabis* foi em 2008, na Califórnia. Comecei lá trabalhando com o cultivo de *cannabis* medicinal; na Califórnia, é legal o uso medicinal desde 1996. É o Estado americano com mais experiência na área. Depois de trabalhar na Califórnia, em 2013, voltei ao Uruguai, quando a lei estava perto de ser votada no Parlamento. A votação ocorreu em dezembro de 2013 e já em janeiro de 2014 começamos a organizar o evento *ExpoCannabis* junto com a organização *Uruguay Siembra*. A primeira edição aconteceu em dezembro de 2014, então agora já estamos na quarta edição.

3) Como você vê o desenvolvimento do mercado de *cannabis* no Uruguai daqui para frente? Quais são os principais desafios neste momento, na sua opinião?

Queremos que toda a implementação da venda em farmácias, que começou em julho deste ano, se estabilize e adquira um ritmo bom. Outro ponto é a questão do uso medicinal. Temos que facilitar ainda o acesso aos pacientes. Ou seja, ainda há muito para continuarmos trabalhando.

4) Em relação à venda em farmácias, ainda não muitos estabelecimentos aceitaram vender *cannabis* porque há medo de assaltos e roubos e também existe a questão do preconceito. Agora, depois de quase seis meses do início das vendas, que efeitos já se podem notar no mercado e na sociedade?

Segundo dados oficiais da Junta Nacional de Drogas, ligada à Presidência do país, a *cannabis* regulada, isto é, a que é vendida em farmácias ou produzida por cultivadores em suas casas e clubes, já tirou mais de 18% do mercado do narcotráfico. São cifras muito importantes.

Foram só seis meses de venda nas farmácias, mas o número de consumidores em farmácias já supera o número de pessoas registradas como cultivadores ou membros de clubes. Então assim estamos provando que a regulação não pode ser resolvida só com clubes e autocultivo. Isso mostra que existe a necessidade de as pessoas poderem se abastecer de uma maneira de fácil acesso e compra, sem a necessidade de cultivarem. Mostra, enfim, que a distribuição da *cannabis* em farmácias, feita pelo Estado, é um método de eliminar o mercado do narcotráfico.

5) Muitos críticos da legalização da maconha dizem justamente o contrário, que o narcotráfico poderia se aproveitar dos meios legais de venda abertos pela regulamentação, que poderia roubar mercadoria das farmácias...

É muito importante notar que a venda em farmácias começou, passaram-se cinco meses e não temos nenhum incidente. Nenhuma farmácia teve problemas de segurança e também não houve nenhum conflito com usuários que foram comprar. Todo esse mito do problema de segurança caiu. O mais importante da regulação é que ela está gerando estabilidade.

Outros mitos também estão caindo com as estatísticas novas como, por exemplo, o de que quem fuma *cannabis* é um vagabundo, não faz nada da vida. A maior parte dos usuários registrados trabalha. Segundo as estatísticas oficiais, dos 16.275 consumidores que compraram maconha em farmácias, 52% trabalham no setor privado e 12%, no setor público. Quase metade dos compradores começaram ou concluíram o ensino superior.

6) Você acha que a sociedade uruguaia está se adaptando bem a essa nova realidade?

O assunto está na boca de todas as pessoas, as famílias estão conversando. Saímos um pouco da estigmatização dos usuários e da indústria. Aos poucos, se está aceitando mais e, na verdade, cada vez mais são os adultos mais velhos que estão interessados nos diferentes usos medicinais e terapêuticos da *cannabis*. É incrível como as pessoas mais velhas estão cada vez mais interessadas e muitas vezes são as que têm menos preconceito.

7) A região sul da América Latina tem muita tradição na agricultura, especialmente com a cultura de soja. Você acredita que a cultura do cânhamo pode conquistar o mercado agrícola nos próximos anos?

Tomara que o Uruguai saiba aproveitar esse potencial. O cânhamo serve como matéria-prima para mais de 25 mil produtos industriais [pode ser usado na indústria de papel, de tecidos, de bioplástico, na construção civil, entre outras áreas] e ainda é muito bom para o meio ambiente, diferente da soja. Pouco a pouco, os produtores devem começar a se voltar para o cânhamo, conforme vá se desenvolvendo o mercado interno e também internacional.

Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/01/feiras-aquecem-mercado-de-maconha-no-uruguai-onde- trafico-caiu-18.html>> (com adaptações).
Acesso em: 31 jan. 2018.

- No trecho "(...) os demais fazem autocultivo e/ou frequentam clubes cannábicos (...)", a palavra destacada é escrita sem hífen. Assinale a opção em que seja necessário o hífen para a combinação dos elementos.
A) extra + conjugal
B) agro + indústria
C) hidro + elétrica
D) pan + americano
E) mega + evento
- Assinale o segmento do texto em que é facultativa a utilização do acento grave sobre o vocábulo sublinhado.
A) "(...) feira que surgiu a partir do sucesso de outra conferência (...)"
B) "Para a nova feira, a escolha da praia badalada não é à toa."
C) "(...) no último mês, chegou à sua quarta edição."
D) "(...) afirma à GALILEU Mercedes Ponce de León (...)"
E) "(...) o narcotráfico encolheu 18% desde a aprovação da lei."
- Assinale a opção em que se altera consideravelmente o sentido do período "Queremos que toda a implementação da venda em farmácias, que começou em julho deste ano, se estabilize e adquira um ritmo bom."
A) Queremos que toda a implementação da venda em farmácias, a qual começou em julho deste ano, se estabilize e adquira um ritmo bom.
B) Queremos que a implementação toda da venda nas farmácias, a qual começou em julho do corrente ano, se estabilize e adquira um ritmo bom.
C) Queremos que toda implementação de venda em farmácias, que começou em julho do corrente ano, se estabilize e adquira um bom ritmo.
D) Queremos que toda a implementação de venda em farmácias, que começou em julho do corrente ano, se estabilize e adquira um ritmo bom.
E) Queremos que a implementação toda da venda nas farmácias, a qual começou em julho deste ano, se estabilize e adquira um bom ritmo.
- Assinale a opção em que o termo sublinhado apresenta valor sintático diferente dos demais.
A) Oferecimento de consultas.
B) Método de eliminar.
C) Legalização de cultivo.
D) Uso de maconha.
E) Consumo de cannabis.

5. No segmento do texto "(...) a *cannabis* regulada, isto é, a que é vendida em farmácias (...)", o vocábulo sublinhado é classificado como:
- pronome relativo.
 - pronome demonstrativo.
 - preposição.
 - artigo.
 - pronome oblíquo átono.
6. "Outros mitos também estão caindo com as estatísticas novas como, por exemplo, o de que quem fuma *cannabis* é um vagabundo, não faz nada da vida. A maior parte dos usuários registrados trabalha. Segundo as estatísticas oficiais, dos 16.275 consumidores que compraram maconha em farmácias, 52% trabalham no setor privado e 12%, no setor público. Quase metade dos compradores começaram ou concluíram o ensino superior."
- Sobre esse segmento do texto, assinale a afirmação correta.
- A vírgula após "12%" indica elipse de um termo anterior a fim de evitar repetição.
 - As duas ocorrências do vocábulo "que" apresentam o mesmo valor morfológico.
 - O vocábulo "Segundo" introduz uma sequência e pode ser substituído por "Conforme".
 - A forma verbal "trabalha" deveria estar flexionada no plural para evitar erro de concordância.
 - É possível inserir a conjunção "e" após "vagabundo" sem que a vírgula seja obrigatoriamente retirada.
7. Assinale o segmento em que **NÃO** ocorre nenhuma forma de adjetivação.
- "(...) o narcotráfico poderia se aproveitar dos meios legais de venda (...)"
 - "(...) a distribuição da *cannabis* em farmácias, feita pelo Estado (...)"
 - "A maior parte dos usuários registrados trabalha (...)"
 - "Comecei militando pela legalização da *cannabis* em 2004 (...)"
 - "(...) conforme vá se desenvolvendo o mercado interno e também internacional."
8. Assinale a frase em que o conectivo destacado apresenta valor **INCORRETAMENTE** indicado.
- "Cada país, com seu contexto particular (...)" – companhia.
 - "(...) 52% trabalham no setor privado (...)" – lugar.
 - "(...) aceitaram vender *cannabis* porque há medo de assaltos (...)" – causa.
 - "(...) meios legais de venda abertos pela regulamentação (...)" – agente.
 - "(...) são pensados para os turistas, para que venham (...)" – finalidade.
9. Assinale a opção em que as palavras sejam acentuadas pela mesma regra.
- oásis / saímos / país
 - três / há / têm
 - também / votação / Montevideú
 - narcotráfico / concluíram / América
 - incrível / farmácias / espécie
10. Na opinião de Mercedes Ponce de León:
- assim como o Uruguai, o Brasil possui as mesmas chances de ter sucesso com o mercado de *cannabis* tanto nacional quanto internacionalmente.
 - o mercado de *cannabis* no Uruguai é estável e satisfatório, embora a aquisição do produto ainda seja exclusiva nas farmácias.
 - a legalização da maconha não acarreta necessário aumento do narcotráfico e da violência na sociedade uruguaia.
 - é inacreditável como as pessoas mais velhas são as menos preconceituosas em relação à realidade do uso da maconha no Uruguai.
 - o potencial do mercado de cânhamo está condicionado simultaneamente aos interesses dos produtores da matéria-prima e dos empresários de outras áreas econômicas.
11. No fragmento "(...) uma das etapas mais desafiadoras, o comércio em farmácias, só começou em julho de 2017.", as vírgulas apresentam a mesma justificativa de uso que em:
- "(...) a distribuição da *cannabis*, feita pelo Estado, é um método de eliminar (...)"
 - "Cada país, com seu contexto particular, tem que ter uma regulação diferente (...)"
 - "(...) portanto, há mais de dez anos, na juventude política (...)"
 - "Mercedes Ponde de León, uma das fundadoras das feiras, militante do coletivo *Uruguay Siembra*."
 - "Nos próximos dias, de 13 a 14 de janeiro, o balneário de Punta del Este (...)"
12. No fragmento "No Brasil, isso vai ser um momento muito importante porque o país é uma potência na América Latina (...)" (10º parágrafo), o pronome "isso" retoma o termo:
- "um dia"
 - "o consumo de *cannabis*"
 - "Os eventos"
 - "a regulação"
 - "a aquisição de *cannabis*"
13. Assinale o fragmento cuja redação está em **DESACORDO** com a norma culta da língua portuguesa.
- "A regulação é uma tendência mundial e um dia vai chegar no Brasil."
 - "(...) na Califórnia, é legal o uso medicinal desde 1996."
 - "Você acha que a sociedade uruguaia está se adaptando bem a essa nova realidade?"
 - "(...) ainda é muito bom para o meio ambiente, diferente da soja."
 - "Tomara que o Uruguai saiba aproveitar esse potencial."
14. No segmento "Há dez anos, quando começamos a militar, era impossível imaginar que hoje estaríamos com um mercado regulado e que seríamos o primeiro país do mundo a regular a maconha.", existem:
- oito orações.
 - seis orações.
 - cinco orações.
 - sete orações.
 - quatro orações.

15. Assinale a opção com a correta substituição e colocação pronominal dos termos sublinhados no segmento "(...) só eles podem fazer registro e comprar cannabis na farmácia".
- A) "(...) só eles podem fazer-lhe e comprar-lhe na farmácia."
 - B) "(...) só eles podem fazer-lo e comprar-la na farmácia."
 - C) "(...) só eles o podem fazer e comprar-lhe na farmácia."
 - D) "(...) só eles podem fazê-lo e comprá-la na farmácia."
 - E) "(...) só eles o podem fazer e comprar-la na farmácia."
16. Ao utilizar o vocábulo "só" no segmento "Foram só seis meses de vendas nas farmácias, mas o número de consumidores em farmácias já supera o número de pessoas registradas como cultivadores ou membros de clubes", Mercedes Ponce de León:
- A) demonstra que as vendas de *cannabis* estão crescendo nas farmácias.
 - B) considera curto o período em relação à quantidade de pessoas envolvidas com a *cannabis*.
 - C) justifica que o tempo é mais importante que o local de vendas de *cannabis*.
 - D) comprova que o processo de vendas de *cannabis* nas farmácias é demorado.
 - E) acredita que as vendas nas farmácias foram poucas em relação aos adeptos de *cannabis*.
17. "Segundo as estatísticas oficiais, dos 16.275 consumidores que compraram maconha em farmácias, 52% trabalham no setor privado e 12%, no setor público. Quase metade dos compradores começaram ou concluíram o ensino superior."
- Quanto às referências quantitativas nesse segmento do texto, pode-se afirmar que representam numerais dos tipos:
- A) ordinal e cardinal.
 - B) ordinal e fracionário.
 - C) fracionário e multiplicativo.
 - D) cardinal e multiplicativo.
 - E) cardinal e fracionário.
18. Assinale a opção que **NÃO** apresenta desvio gramatical tampouco prejuízo semântico com a reescrita do segmento "O movimento precisa se organizar e trabalhar, porque essa foi a maneira pela qual se conquistou isso no Uruguai."
- A) O movimento precisa organizar-se e trabalhar, pois essa foi a maneira por que se conquistou isso no Uruguai.
 - B) O movimento precisa se organizar e trabalhar, por que se conquistou isso no Uruguai por essa maneira.
 - C) O movimento precisa organizar-se e trabalhar, pois essa foi a maneira porque conseguiu-se conquistar isso no Uruguai.
 - D) O movimento precisa se organizar e trabalhar, porque essa foi a maneira por que isso foi conquistado no Uruguai.
 - E) O movimento precisa organizar-se e trabalhar, pois essa foi a maneira porque isso foi conquistado pelo Uruguai.
19. Sobre o período "O consumo de *cannabis* é legal no Uruguai desde 1970, não importa para quem seja, turistas ou não.", **NÃO** se pode deduzir que:
- A) o consumo de *cannabis* antes de 1970 era irregular.
 - B) a *cannabis*, antes de 1970, não podia ser comercializada legalmente.
 - C) o consumo de *cannabis*, seja por turistas ou não, aumentou a partir de 1970.
 - D) turistas e não turistas têm o mesmo direito de consumo de *cannabis* a partir de 1970.
 - E) turistas e não turistas já consumiam *cannabis* antes de 1970.
20. Assinale a opção em que o termo sublinhado **NÃO** faz referência a uma informação encontrada no texto.
- A) "A partir daí, o movimento social foi tomando muita força."
 - B) "Comecei lá trabalhando com o cultivo de *cannabis* medicinal (...)"
 - C) "A primeira edição aconteceu em dezembro de 2014, então agora estamos na quarta edição."
 - D) "É o Estado americano com mais experiência na área."
 - E) "(...) voltei ao Uruguai, quando a lei estava perto de ser votada no Parlamento."

LEGISLAÇÃO

21. Na Administração Pública, o conceito de ato administrativo está diretamente relacionado à exteriorização da vontade dos agentes públicos ou de seus delegatários que, para atender ao interesse público, praticam atos capazes de produzir efeitos jurídicos. Logo, o ato administrativo tem, por fim imediato, adquirir, resguardar, transferir, modificar e extinguir direitos. De acordo com a Lei 9.784/1999, sobre os atos administrativos é correto afirmar que:
- A) não se considera exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
 - B) considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
 - C) a Administração tem o direito de anular um ato administrativo em até 6 (seis) meses, a partir da data em que foram praticados. Após esse prazo, não será possível a anulação do ato, ainda que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
 - D) das decisões administrativas cabe recurso tão somente em face de razões de legalidade.
 - E) das decisões administrativas cabe recurso tão somente em face de razões de mérito.
22. Maria Cláudia, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Assistente em Administração e lotada na Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da UFRJ, necessita contratar profissional de um determinado setor artístico e consagrado pela crítica especializada. Tal contratação será realizada por meio de empresário exclusivo e a competição é considerada inviável. Sobre a situação proposta, nos termos da Lei 8.666/1993, é correto afirmar que a licitação é:
- A) dispensável.
 - B) obrigatória e deverá ser realizada na modalidade de Concorrência.
 - C) inexigível.

- D) obrigatória e deverá ser realizada na modalidade de Pregão.
E) obrigatória e deverá ser realizada na modalidade de Leilão.
23. "O Direito Positivo não confere apenas poderes aos administradores públicos. Ao contrário, estabelece também certos deveres que devem ser por eles cumpridos para evitar que sejam responsabilizados pelo descumprimento." (CARVALHO FILHO, 2009, p. 61)
Nos termos da Lei 8.112/1990, é dever do servidor:
- A) atender com presteza ao público em geral, prestando todas as informações requeridas, ainda que sigilosas.
B) praticar usura.
C) atuar, em qualquer situação, como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
D) proceder de forma desidiosa.
E) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
24. Paulo Gustavo, classificado no número de vagas do concurso público para o cargo efetivo de Assistente em Administração da UFRJ, aguarda sua nomeação para tomar posse e entrar em exercício, a fim de desempenhar as funções atribuídas ao cargo. Considerando a situação proposta, sobre o processo de investidura em cargo público nos termos da Lei 8.112/1990, é correto afirmar que:
- A) a posse do servidor ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do ato de provimento.
B) é de 20 (vinte) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
C) o servidor será empossado ainda que julgado inapto física e mentalmente para o exercício do cargo.
D) a posse do servidor ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
E) a posse do servidor é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.
25. De acordo com a Lei 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto na Carta Magna, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Nos termos da referida Lei, na divulgação de tais informações deverão constar, no mínimo:
- A) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.
B) somente os registros das despesas, não sendo necessária a divulgação de repasses ou transferências de recursos financeiros.
C) informações básicas sobre procedimentos licitatórios, não sendo necessária a divulgação dos respectivos editais e resultados, tampouco os contratos celebrados.
D) registro das competências e da estrutura organizacional, não sendo necessária a divulgação de endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.
- E) perguntas mais frequentes da sociedade, não sendo necessária a divulgação das respostas a essas perguntas.
26. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:
- A) a função pública deve ser tida como exercício profissional; no entanto, não se integra na vida particular de cada servidor público e a conduta diária do servidor não poderá crescer ou diminuir o seu conceito na vida funcional.
B) a ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho não é fator de desmoralização do serviço público.
C) o servidor pode omitir ou falsear a verdade quando esta for contrária aos interesses da Administração.
D) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal; no entanto, deve-se desconsiderar a ideia de que o fim é sempre o bem comum.
E) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
27. Sobre as penalidades, nos termos da Lei 8.112/1990, é correto afirmar que:
- A) a pena de demissão será aplicada quando o servidor, ainda que não reincidente, opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
B) a pena de advertência será aplicada por escrito quando o servidor, não reincidente, promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
C) na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias agravantes ou atenuantes, mas não serão considerados os antecedentes funcionais.
D) a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 2 (dois) anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
E) a penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de 3 (três) anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
28. De acordo com a Lei 8.112/1990, o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Sobre a revisão do processo disciplinar, nos termos da referida Lei, é **INCORRETO** afirmar que:
- A) no caso de incapacidade mental do servidor, a revisão do processo será requerida pelo respectivo curador.
B) no processo revisional, o ônus da prova não cabe ao requerente.
C) o processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

- D) em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.
- E) a simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda que não apreciados no processo originário.

29. “A relevância dos direitos fundamentais entre nós pode ser sentida pela leitura do preâmbulo da atual Constituição. Ali se proclama que a Assembleia Constituinte teve como inspiração básica dos seus trabalhos o propósito de instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança.” (BRANCO, 2009, p. 265)

Sobre os direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, ainda que em caso de flagrante delito ou desastre.
- B) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que invocá-las para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- D) o Estado é obrigado a prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos, ainda que não comprovem insuficiência de recursos.
- E) os direitos e garantias expressas na Constituição Federal de 1988 excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ele adotados e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

30. “É extremamente importante o efeito do princípio da legalidade no que diz respeito aos direitos dos indivíduos. Na verdade, o princípio se reflete na consequência de que a própria garantia desses direitos depende de sua existência, autorizando-se então os indivíduos à verificação do confronto entre a atividade administrativa e a lei. Uma conclusão é inarredável: havendo dissonância entre a conduta e a lei, deverá aquela ser corrigida para eliminar-se a ilicitude.” (CARVALHO FILHO, 2009, p. 19)

Sobre o princípio constitucional da legalidade, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) na Administração Pública é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe.
- B) como princípio da Administração Pública, significa que o administrador está sujeito aos mandamentos da lei e deles não se pode afastar ou desviar.
- C) na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na Administração Privada é lícito fazer o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.
- D) os agentes da Administração devem atuar sempre de acordo com a lei. Logo, o princípio da legalidade coíbe o administrador a agir por conta própria, e a desconsiderar os dispositivos legais.
- E) a lei representa uma garantia para os administrados, porque os atos da Administração Pública somente terão validade se respaldados na legislação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Um aluno estrangeiro de pós-graduação *strictu sensu*, regularmente matriculado em Instituição Federal de Ensino Superior e com visto de estudante em situação regular, recebeu proposta de emprego e pede orientações sobre como trabalhar no Brasil. A ele deve-se informar:

- A) que estudantes estrangeiros são proibidos de trabalhar no Brasil.
- B) que ele deve regressar ao país de origem e fazer nova solicitação de visto em serviço consular brasileiro, dessa vez para trabalho.
- C) que deve procurar o Ministério do Trabalho e encaminhar pedido para conversão do visto para estudo e trabalho.
- D) que ele precisa apenas assinar o contrato de trabalho e usar seu passaporte como documento oficial para registro.
- E) que ele deve encaminhar uma solicitação à instituição de ensino, a quem compete por lei dar ou não autorização de trabalho para alunos estrangeiros.

32. A partir de acordo feito com a União Europeia (UE), uma universidade brasileira foi autorizada a receber solicitações de intercâmbio de seus alunos brasileiros de graduação e pós-graduação, com duração de seis meses e com direito a bolsa integral, para qualquer universidade do bloco. No momento do pedido, o aluno precisa escolher duas universidades, de dois países diferentes do bloco, como primeira e segunda opções. A partir das informações apresentadas, aponte qual das solicitações a seguir deve ser indeferida pelo fato de ao menos um dos países propostos não se enquadrar como integrante da UE.

- A) Chipre e Estônia.
- B) França e Suíça.
- C) Alemanha e Itália.
- D) Malta e Luxemburgo.
- E) Irlanda e Croácia.

33. Em um mundo globalizado, onde o intercâmbio internacional entre instituições de ensino e pesquisa torna-se cada vez mais importante, as organizações internacionais, especialmente as voltadas para educação, ganham papel importante tanto na celebração como na facilitação de acordos de cooperação e de convênios. No Direito Internacional Público, essas organizações, em sua natureza, são consideradas:

- A) sujeitos primários ou originários.
- B) sujeitos *sui generis*, que possuem direitos e deveres garantidos por tratados internacionais.
- C) sujeitos derivados, que possuem personalidade e competências outorgadas por Estados-membros por meio de um acordo de criação.
- D) sujeitos titulares de direitos específicos para proteger bens comuns.
- E) sujeitos distintos com status de organizações mistas, compostas por órgãos de representação de governos e de setores privados.

- 34.** A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT), elaborada em 1969 e com entrada em vigor em 1980, estabelece que seus Estados signatários:
- A) não devem cumprir um tratado quando este fere sua legislação interna.
 - B) têm o direito de optar, por decisão legislativa, por cumprir ou não um tratado quando este fere a legislação interna.
 - C) têm o direito de optar, por decisão da Suprema Corte do Estado, por cumprir ou não um tratado quando este fere a legislação interna.
 - D) devem cumprir um tratado, mesmo quando este fere sua legislação interna.
 - E) devem adaptar um tratado à legislação interna, mantendo seus principais fundamentos.
- 35.** Um aluno estrangeiro que diz ter perdido todos os seus documentos deve ser orientado a procurar:
- A) uma representação consular de seu país, pois esta é a responsável por resolver questões privadas de seus cidadãos no exterior.
 - B) uma representação diplomática de seu país, pois esta é a responsável por resolver questões privadas de seus cidadãos no exterior.
 - C) uma representação consular de seu país, pois esta é a responsável pelos assuntos de Estado.
 - D) um posto da Polícia Federal Brasileira para comunicar a perda e solicitar que o órgão acione seu país para providenciar novos documentos.
 - E) uma delegacia da Polícia Civil para comunicar a perda e solicitar que o órgão acione seu país para providenciar novos documentos.
- 36.** O Acordo de Bolonha, de junho de 1999, que reuniu 29 países europeus, é um marco nas relações europeias porque:
- A) possibilitou a uniformização das leis trabalhistas dos Países-membros, facilitando a migração interna para trabalho.
 - B) determinou a abertura das fronteiras e a livre circulação de pessoas entre os países signatários.
 - C) determinou a criação do Parlamento Europeu e as regras para eleições de deputados do bloco.
 - D) estabeleceu uma política de Defesa comum para todos os países signatários.
 - E) estabeleceu o Espaço Europeu de Ensino Superior, a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas dos seus sistemas de ensino.
- 37.** A interpretação dos direitos humanos possui duas linhas de pensamento relevantes. A primeira entende que estes direitos não devem ser negados com base em diferenças culturais, sociais e/ou econômicas; já a segunda corrente argumenta que os direitos humanos são uma imposição ocidental e que valores culturais devem se sobrepor a esses direitos, mesmo que constituam uma agressão à dignidade da pessoa humana. Essas duas correntes de pensamento são, respectivamente:
- A) universalista e realista.
 - B) universalista e relativista.
 - C) idealista e relativista.
 - D) realista e idealista.
 - E) idealista e realista.
- 38.** A Legislação de Estágio em vigor no Brasil, a respeito da jornada de atividade em estágio de estudantes do ensino superior, prevê, durante período letivo:
- A) carga horária de, no máximo, 8 horas diárias/40 semanais para brasileiros e proíbe o estágio para estrangeiros no país.
 - B) mesma carga horária para brasileiros e estrangeiros, correspondente a, no máximo, 8 horas diárias/40 semanais.
 - C) mesma carga horária para brasileiros e estrangeiros, correspondente a, no máximo, 4 horas diárias/20 semanais.
 - D) mesma carga horária para brasileiros e estrangeiros, correspondente a, no máximo, 6 horas diárias/30 semanais.
 - E) carga horária de, no máximo, 4 horas diárias/20 semanais para estrangeiros e 8 horas diárias/40 semanais para brasileiros.
- 39.** Um professor estrangeiro viaja ao Brasil para participar de um programa de intercâmbio docente, mas, ao desembarcar em aeroporto brasileiro, é barrado pela Polícia Federal e ameaçado de deportação. Preocupado, liga para a universidade que o receberia, e é informado de que, pela nova Lei de Migração:
- A) a deportação pode ser feita pela Polícia Federal se for conveniente aos interesses nacionais.
 - B) a deportação pode ser feita pela Polícia Federal apenas se ele estiver em lista de criminosos procurados pela Interpol ou se já cometeu algum crime no Brasil.
 - C) a deportação não pode ser feita pela Polícia Federal antes de um advogado do consulado do país de nacionalidade do professor ser acionado em sua defesa.
 - D) professores em intercâmbio, quando comprovada a atividade, não podem ser deportados.
 - E) a deportação não pode ser feita pela Polícia Federal antes de a Defensoria Pública ser acionada em defesa dele.
- 40.** A um médico estrangeiro, devidamente registrado em órgão fiscalizador ou em entidades correlatas em seu país, com visto na condição de professor, deve-se informar que:
- A) é necessária a inscrição temporária em entidade fiscalizadora do exercício da profissão, caso deseje exercer a profissão de médico.
 - B) não é permitida a inscrição em entidade fiscalizadora do exercício da profissão.
 - C) é permitida a inscrição permanente em entidade fiscalizadora do exercício da profissão.
 - D) não é necessária a inscrição em entidade fiscalizadora para o exercício da profissão de médico.
 - E) é obrigatória a inscrição temporária em entidade fiscalizadora do exercício da profissão, mesmo que só atue no país como professor.

41. Um aluno do Haiti, em intercâmbio em universidade brasileira, quando no término de seu período na faculdade, alegou às autoridades brasileiras que seu país está em situação de convulsão social e econômica, e pediu para ficar no Brasil com status de refugiado. Em resposta, as autoridades lhe concederam visto humanitário, o que significa que:
- A) conseguiu o status de refugiado e poderá permanecer no país, nos termos da convenção internacional de Genebra de 1951.
 - B) conseguiu status temporário de refugiado e poderá permanecer no país por até três anos, podendo o visto ser renovado por mais três, nos termos da convenção internacional de Genebra de 1951.
 - C) conseguiu status temporário de refugiado e poderá permanecer no país por até quatro anos, podendo o visto ser renovado por mais quatro, nos termos da convenção internacional de Genebra de 1951.
 - D) apesar de poder permanecer no país, seu status não é o de refugiado e não é regido pela convenção internacional de Genebra de 1951.
 - E) conseguiu status temporário de refugiado, que, após um ano, poderá ser convertido em status definitivo de refugiado, nos termos da convenção internacional de Genebra de 1951.
42. Pensar e construir uma universidade a partir da América Latina, com um olhar do Sul e que rompesse as amarras do conservadorismo europeu foi a proposta de um importante manifesto de estudantes universitários há cem anos, em junho de 1918, que revolucionou a forma de se pensar o ensino superior em toda a região. Tal manifesto fez parte de um episódio que ficou conhecido como:
- A) declaração do Rio de Janeiro.
 - B) reforma de Córdoba.
 - C) manifesto de Cartagena.
 - D) declaração de Quito.
 - E) tratado de Assunção.
43. O processo de internacionalização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), segundo as diretrizes predominantes nas mesmas e em suas entidades representativas, deve enfatizar:
- A) o ensino, especialmente de pós-graduação.
 - B) o ensino, especialmente nos cursos de graduação.
 - C) a pesquisa, com ênfase na mobilidade e no intercâmbio de docentes.
 - D) o ensino e a pesquisa, de graduação e de pós-graduação.
 - E) o ensino, a pesquisa e a extensão.
44. Os Quatorze Pontos do presidente americano Woodrow Wilson, propagados nos últimos momentos da Primeira Guerra Mundial, são considerados marco fundamental do ideal liberal nas Relações Internacionais e tentativa de construção da paz duradoura. Ironicamente – o que demonstrou a fraqueza do governo Wilson – um de seus pontos principais **NÃO** ganhou adesão dos Estados Unidos, que foi:
- A) a livre navegação absoluta além das águas territoriais, tanto na guerra quanto na paz.
 - B) a adoção de ajustes livres, imparciais e abertos às reivindicações das colônias.
 - C) o autogoverno limitado para o povo austro-húngaro.
 - D) a independência para a Turquia e o autogoverno limitado para outras nacionalidades até então vivendo sob o Império Otomano.
 - E) a formação de uma associação geral de nações.
45. Um dos fenômenos da globalização é a disseminação do inglês como idioma internacional, o que tem interferido nos posicionamentos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras em rankings internacionais de universidades de forma:
- A) positiva, por conta de a maior parte da produção intelectual das IFES ser publicada em inglês.
 - B) positiva, por conta de a maior parte dos docentes das IFES dominar o inglês.
 - C) negativa, por conta de a maior parte da produção intelectual das IFES ser publicada em português.
 - D) neutra, pois o idioma não interfere nos indicadores dos rankings.
 - E) negativa, por conta de a maior parte dos discentes não dominarem o inglês.
46. Segundo Antonio Savini (2006), “o estabelecimento de redes de universidades é um fenômeno notável que vem ocorrendo desde o final dos anos 1980, contemporâneo ao lançamento dos primeiros projetos de educação e pesquisa da União Europeia”. Com essa afirmação em mente, assinale a alternativa cuja sigla corresponde a um órgão que possa ser caracterizado como uma rede de universidades.
- A) AULP
 - B) IBAS
 - C) BRICS
 - D) PEC-G
 - E) ANDIFES
47. Para a UNESCO (2004), a internacionalização é “uma das maneiras pelas quais a educação superior responde às oportunidades e desafios da globalização”. A partir desse pensamento mais geral, pode-se afirmar, com relação às universidades públicas brasileiras, que:
- A) a internacionalização é a forma que a universidade tem de atuar no cenário internacional, respondendo de maneira rápida aos desafios impostos pelo mundo globalizado e aproveitando todas as suas oportunidades.
 - B) a globalização é um fenômeno do mundo contemporâneo sobre o qual a universidade não tem qualquer controle ou forma de resposta, a não ser pela internacionalização.
 - C) internacionalização e globalização são processos inevitáveis da contemporaneidade aos quais a universidade deve aderir de modo a aproveitar todas as suas oportunidades, principalmente as que dizem respeito às formas de recrutamento de estudantes internacionais.
 - D) por meio do processo de internacionalização a universidade pode ampliar seu papel na comunidade educacional internacional, agindo em prol do fenômeno da globalização.
 - E) a internacionalização é um processo por meio do qual a universidade pode responder criticamente ao fenômeno da globalização, agindo em prol do interesse público.

48. Segundo Hugo Vela (2006), “os arquivos da AUGM [Associação de Universidades Grupo Montevideu] mostram as numerosas oportunidades em que seu Conselho de Reitores tem-se manifestado na defesa da universidade pública e gratuita, e do ensino superior como um bem público (...)”. A defesa da universidade pública e gratuita empreendida pelos reitores da AUGM demonstra-se pertinente, entre outras, pela seguinte afirmativa:
- A) Estudantes protestaram em Québec em 2012 contra a proposta do governo de aumentar o valor das anuidades praticadas pelas universidades, enquanto no Chile tem havido manifestações estudantis desde 2011 pela gratuidade do ensino para 100% dos estudantes chilenos.
 - B) Tramita atualmente no Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) uma lei que permite que as universidades públicas dos Estados-membros cobrem mensalidades de estudantes de graduação, mestrado e doutorado oriundos de instituições de ensino não pertencentes ao bloco.
 - C) A adesão pelo Brasil, em 18 de março de 2016, ao Quinto Protocolo do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, em inglês) da OMC fez com que o Estado brasileiro fosse o primeiro da América do Sul a reconhecer que a educação deixa de ser um serviço prestado no exercício da autoridade governamental e passa a receber o mesmo tratamento dispensado a todos os demais serviços.
 - D) Dada a dimensão do sistema educacional superior brasileiro, os altos preços cobrados pelas universidades públicas brasileiras para a revalidação de diplomas obtidos em instituições de ensino estrangeiras são uma ameaça à gratuidade do ensino na América do Sul como um todo.
 - E) A iminente conclusão das negociações da chamada Rodada de Doha da OMC levará à extinção da gratuidade do ensino nos países do MERCOSUL.
49. Do ponto de vista das Relações Internacionais, a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), em 2010, pode ser considerada:
- A) como um passo ousado do governo brasileiro para ampliar sua posição de domínio sobre países que fazem fronteira com o Brasil, usando a língua portuguesa como fator de dominação cultural.
 - B) como resposta ao pedido do conjunto de reitores latino-americanos reunidos na Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e Caribe (CRES), celebrada em 2008 na Colômbia.
 - C) como reação à criação do Espaço Latino-americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES), de forma que o Brasil saísse na frente dos demais países sul-americanos como principal agente prestador de serviços de educação superior na região.
 - D) como ação governamental lastreada no propósito de integração regional e suprarregional com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no caso da UNILAB, e com países da América Latina, no caso da UNILA.
 - E) como tentativa de contraposição à tendência de fusão de universidades com o objetivo de aumentar o impacto internacional da pesquisa e tornar a gestão administrativa mais eficiente, fenômeno que vem ocorrendo notadamente na União Europeia.
50. O Programa Jean Monnet é uma importante iniciativa da Comissão Europeia que tem por objetivo “estimular o ensino, a pesquisa e a reflexão no campo dos estudos sobre a integração europeia, no nível das instituições de ensino superior dentro e fora da União Europeia” (página eletrônica da *Education, Audiovisual and Culture Executive Agency*. Acesso em janeiro de 2018). Seu nome é uma homenagem a Jean Monnet, de quem se pode afirmar que:
- A) foi a figura primordial para a implementação do Plano Marshall, sem o qual a reconstrução da Europa ocidental depois da Segunda Guerra Mundial teria sido impossível e, conseqüentemente, a Europa não seria hoje uma referência no campo das ciências.
 - B) foi, ao lado de Robert Schuman, um dos idealizadores da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951.
 - C) foi o principal articulador do Processo de Bolonha, fundamental para a construção de uma agenda europeia para educação superior.
 - D) sendo grande entusiasta da integração da Europa por meio da educação, foi o idealizador dos programas Erasmus de mobilidade europeia, que, embora efetivamente criado após sua morte, reflete ao longo de mais de três décadas o espírito que animou a criação da União Europeia.
 - E) desenvolveu o modelo de espaço europeu de educação superior que ainda hoje é a base das ações de mobilidade acadêmica na União Europeia.
51. A Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) é formada por:
- A) universidades públicas dos Estados que compõem o MERCOSUL na qualidade de membros plenos.
 - B) universidades públicas dos países que compõem o MERCOSUL na qualidade de membros plenos e associados.
 - C) universidades públicas, autônomas e auto-governadas dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
 - D) universidades públicas ou privadas, com a condição de não terem fins lucrativos.
 - E) universidades públicas dos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

52. “A mobilidade de professores e estudantes não é uma criação do final do século XX, nem uma invenção das atuais estruturas políticas da Europa. De fato, já na Idade Média, os maiores pensadores europeus tinham o hábito de se deslocar livremente de um país para outro, simplesmente viajando entre centros de conhecimento. As maiores universidades europeias partilhavam as experiências e as competências destes mestres do passado e praticavam aquilo a que agora chamariamos cooperação acadêmica internacional com uma naturalidade que evidencia a inexistência de grandes limitações burocrático-administrativas. Esta realidade histórica aconselha moderação no elogio dos atuais níveis de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) e obriga-nos a pôr em perspectiva o sucesso dos atuais programas de mobilidade” (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2012). À luz do texto acima, é correto afirmar que:
- A) a pesada burocracia da Comissão Europeia, em muitos casos, impede a mobilidade acadêmica.
 - B) as universidades e os órgãos de promoção da mobilidade acadêmica internacional devem rever os procedimentos adotados para a implementação de seus programas de mobilidade, principalmente por meio da adoção de medidas administrativas mais rígidas.
 - C) a sociedade do conhecimento tem mais a ganhar se seus atores empenharem esforços para a realização de mobilidades acadêmicas para as regiões mais desenvolvidas do planeta, as quais o texto chama de “centros de conhecimento”.
 - D) os padrões de naturalidade da mobilidade acadêmica internacional, tais como se desenvolveram desde a Idade Média até o século XIX, devem servir de base para a implementação de programas de mobilidade acadêmica em prol de ações mais individuais e menos institucionalizadas.
 - E) é necessária uma revisão dos critérios de avaliação dos atuais níveis de internacionalização das Instituições de Ensino Superior e de seus programas acadêmicos de mobilidade, tendo em vista o aparelho burocrático-administrativo a ser vencido para que a mobilidade internacional ocorra.
53. O Ciência sem Fronteiras foi um programa brasileiro de mobilidade internacional que buscava “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (página eletrônica do programa Ciência sem Fronteiras. Acesso em janeiro de 2018). Um de seus objetivos específicos era:
- A) aumentar consideravelmente a presença de pesquisadores de alto nível nas universidades brasileiras, em todas as áreas do conhecimento.
 - B) promover a inserção internacional das instituições brasileiras de ensino superior por meio de atuação nos principais fóruns de cooperação internacional em todo o mundo.
 - C) investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento.
 - D) ampliar o conhecimento inovador de pessoal das ciências sociais aplicadas e indústrias tecnológicas.
 - E) atrair ganhadores de importantes prêmios, como o Nobel, para tornarem-se professores efetivos nas universidades federais do Brasil, o que seria possível ao enquadrá-los na categoria de detentores de notório saber.
54. “A FAUBAI, Associação Brasileira de Educação Internacional, criada em 1988, reúne mais de 180 gestores ou responsáveis por assuntos internacionais e promove a integração e a capacitação dos gestores da área – por meio de seminários, *workshops* e reuniões regionais e nacionais –, além de divulgar a diversidade e as potencialidades das IES brasileiras junto às agências de fomento, representações diplomáticas, organismos e programas internacionais.” (página eletrônica da FAUBAI. Acesso em janeiro de 2018). Sobre a FAUBAI, é correto afirmar que:
- A) é um importante braço do Ministério da Educação brasileiro, ao qual está submetido e ao lado do qual trabalha pela internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, razão por que tem sua sede em Brasília.
 - B) com sede em Brasília, é uma associação ligada ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro (Itamaraty), mais especificamente à Divisão de Temas educacionais.
 - C) tem como modelo de gestão o rodízio de presidentes, que são escolhidos por consenso entre os reitores que compõem a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES), a cada dois anos.
 - D) em diversas ocasiões, representa as universidades brasileiras em diversas associações, como a Organização Universitária Interamericana (OUI).
 - E) é uma associação civil de caráter filantrópico da qual podem participar instituições de ensino superior brasileiras públicas ou privadas representadas pela pessoa de seu responsável de Relações Internacionais.

- 55.** Criada há mais de meio século, a Agência Universitária da Francofonia (AUF) tem como característica ser:
- A) uma associação não apenas francesa, mas dedicada à promoção da língua e da cultura francófonas e, por isso, aberta à participação de qualquer universidade que tenha o francês como uma de suas línguas de ensino devidamente constante de seu estatuto.
 - B) uma associação governamental que tem como um de seus objetivos reunir as universidades dos países francófonos como forma de fazer frente à *Commonwealth*, cujo objetivo é congrega os países anglófonos e promover sua língua e cultura.
 - C) um conjunto de instituições de nível superior com o objetivo principal de garantir a manutenção do francês como língua presente na sociedade do conhecimento e se opor ao avanço do inglês como língua dominante no campo da ciência.
 - D) uma rede formada por mais de 800 instituições que reconhecem o francês como língua de expressão do conhecimento que deve continuar a ser utilizada no ensino e na pesquisa.
 - E) a criadora das bases da proposta do presidente francês Emmanuel Macron de tornar o francês a língua dominante nas ex-colônias africanas, tendo para isso nomeado Leïla Slimani como representante do governo francês para a francofonia, com a missão principal de exportar para o continente africano os valores culturais veiculados pela língua francesa.
- 56.** Quanto ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criados, respectivamente, em 1965 e 1981, é correto afirmar que:
- A) o PEC-PG oferece aos estudantes oriundos do PEC-G bolsas de pós-graduação em instituições de ensino brasileiras reconhecidas pelo MEC, em áreas não sensíveis à segurança nacional, como a nuclear, desde que os candidatos ainda não tenham deixado o território brasileiro no ato da apresentação da candidatura.
 - B) o PEC-G oferece a nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos completos de graduação em instituições de ensino brasileiras, fazendo jus à obtenção de diploma outorgado pela instituição brasileira aqueles que concluírem o curso de graduação com sucesso.
 - C) ambos são administrados conjuntamente pelos seguintes ministérios: Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).
 - D) ambos oferecem, por meio da CAPES, bolsas de estudo para nacionais de países africanos com os quais o Brasil possui relações diplomáticas.
 - E) dada a duração da permanência dos estudantes PEC-G em território brasileiro, mesmo os portadores de visto temporário IV (VITEM IV) estão autorizados a exercer atividade trabalhista remunerada, desde que dentro da área de formação.
- 57.** “Após a Segunda Guerra Mundial, os países da Europa Ocidental iniciam um processo de integração do continente em termos econômicos, de infraestrutura e políticas comuns, que culminam numa série de iniciativas para uniformizar as práticas acadêmicas nos países da região. Assim, através das mudanças implementadas a partir do Acordo de Bolonha (1999), todos os países da União Europeia se esforçam para tornar mais homogêneos os períodos letivos, a concessão de créditos escolares e a validação de diplomas e documentos acadêmicos” (LIMA & CONTEL, 2011). Quanto ao referido Acordo de Bolonha, é correto afirmar que:
- A) foi o responsável pela criação do programa Erasmus de mobilidade europeia, mais tarde reconfigurado como Erasmus Mundus.
 - B) foi substituído pelo Tratado de Lisboa (2007), extenso tratado que regulamenta o funcionamento da União Europeia, inclusive em termos de normatização do Espaço Europeu de Ensino Superior.
 - C) a Suíça e a Noruega, por não serem Estados membros da União Europeia, não são signatárias e, por isso, ficaram à margem do processo de criação do Espaço Europeu de Ensino Superior.
 - D) prevê esforços para a aplicação do modelo de educação superior europeu em outras partes do mundo, como a América Latina e a África, o que pode ser comprovado pela criação do programa Erasmus Mundus, que representa uma abertura do sistema europeu de financiamento de mobilidade com o fim de cooptar outros Estados.
 - E) tem no horizonte o fortalecimento da competitividade internacional da educação superior europeia e o aumento das parcerias com instituições de ensino de outras regiões do mundo.
- 58.** Para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, segundo o Acordo de Bolonha (1999), é necessário:
- A) adotar um sistema de diplomação de fácil equivalência capaz de promover a empregabilidade de profissionais europeus.
 - B) uniformizar as formas de ensino e avaliação nas universidades europeias, o que tem sido realizado por meio do projeto Tuning, que é parte do Processo de Bolonha.
 - C) pôr fim aos cursos de mestrado acadêmico, mantendo apenas os mestrados profissionais, que permitem acesso ao doutorado, aumentando, assim, a empregabilidade dos jovens europeus.
 - D) criar o Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS, em inglês) para simplificar os mecanismos de reconhecimento de créditos obtidos pelos estudantes nos países da Europa e estimular a mobilidade acadêmica internacional.
 - E) adotar o inglês como língua de ensino e pesquisa na pós-graduação, como forma de dar coesão ao Espaço Europeu de Ensino Superior e, assim, atrair recursos humanos qualificados.

59. “Será o programa Erasmus Mundus um dos motores do *soft power* europeu, como têm sido há sessenta anos as famosas bolsas Fulbright para os Estados Unidos da América?”, perguntava Sarah Piovesan no jornal francês *Le Monde*, em novembro de 2008. Sobre o programa Erasmus Mundus é correto afirmar que:
- A) teve entre seus objetivos principais o aumento da qualidade da educação superior europeia e a promoção da União Europeia como centro de excelência em educação através de ações como a de mobilidade acadêmica internacional.
 - B) foi uma iniciativa de política externa aprovada pelo Parlamento Europeu para equiparar a Europa aos Estados Unidos em termos de atração de cérebros para suas instituições de ensino e pesquisa, o que levou o Reino Unido, aliado histórico dos Estados Unidos, a não apoiar o programa.
 - C) foi uma iniciativa da política externa europeia, liderada pela França, para conter o avanço da influência da língua inglesa na Europa.
 - D) foi um programa criado pela Comissão Europeia e implementado pela Agência Executiva relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA, em inglês) com o objetivo de frear a fuga de cérebros, principalmente dos novos Estados integrantes da União Europeia, para os Estados Unidos e Canadá.
 - E) foi uma ampliação do programa Erasmus, cuja origem se encontra no Acordo de Bolonha (1999), com o objetivo de incentivar os estudantes europeus a realizarem mobilidade acadêmica em países fora da Europa.
60. O Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e o Campus France podem ser definidos, respectivamente, como:
- A) uma organização governamental para a difusão do sistema alemão de ensino e pesquisa por meio do intercâmbio acadêmico; uma organização privada cuja missão é ajudar estudantes de diversos países a encontrarem oportunidades de ensino na França.
 - B) uma organização que apoia a internacionalização de universidades alemãs e promove intercâmbios acadêmicos; uma agência do governo francês responsável pela promoção do ensino superior ligada aos Ministérios da Educação e do Exterior.
 - C) um serviço público de mobilidade acadêmica que oferece bolsas exclusivamente para estudantes de universidades públicas em todo o mundo; uma empresa privada cuja missão principal é orientar sobre estudo superior na França, em nível de graduação e pós-graduação.
 - D) um serviço de mobilidade acadêmica de adesão aberta a todas as universidades que reconhecem o alemão como língua de expressão do conhecimento; uma organização não governamental com escritórios em vários países, incluindo o Brasil, criada com apoio do AUF para a promoção do ensino superior na área da francofonia.
 - E) um serviço de promoção do intercâmbio acadêmico entre universidades alemãs e estrangeiras, assim como da língua e da cultura alemãs, o que é feito principalmente pelo seu braço cultural, o Instituto Goethe; uma agência governamental de promoção do intercâmbio acadêmico entre universidades francesas e estrangeiras, assim como da língua e da cultura francesas, o que é feito principalmente pelo seu braço cultural, a Aliança Francesa.



UFRJ